

# Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

## POTENCIALIDADES E (RE) EXISTÊNCIAS TRANS NA ESCOLA

Daniele dos Santos Francisco

danielesannfrancisco@gmail.com

UFSCar - PPGEd

### Educação, Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão

**RESUMO:** Embora existam muitas conquistas sociais em uma sociedade com base cisgênera e heteronormativa, a transgeneridade ainda sofre barreiras culturais, sociais e econômicas, que silenciam corpos e extirpam direitos primordiais de vida, como a educação. Uma forma de enfrentamento desse panorama está justamente na pesquisa sobre a temática. A presente pesquisa buscou fundamentar e destacar as potencialidades e resistências das trajetórias de vida de pessoas trans, promovendo uma discussão para desvelar as estratégias para a permanência escolar. A metodologia empregada foi a de revisão bibliográfica. Conclui-se que a existência trans contemporaneamente possui complexidades, no entanto novas análises de (trans) construções, (trans) formações, e rompimento com a heteronormatividade contribui para a permanência escolar.

**Palavras-chave:** Transgeneridade. Resistência. Educação.

### Introdução

As pessoas transexuais estão inseridas na sociedade, no entanto, à margem. Sofrem inúmeras dificuldades de acesso em relação a vários serviços como educação, lazer, cultura, trabalho e saúde devido a sua não conformidade heteronormativa e binária de sexo e gênero. Historicamente as lutas sociais desde a década de 70 têm contribuído para a elaboração de políticas públicas para o atendimento às demandas. O objetivo desta pesquisa é realizar uma revisão bibliográfica sobre a temática trans voltada para a permanência escolar e evidenciar potencialidades e resistências para o alcance do direito à educação.

Para Butler (2015, p. 253-254):

Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Supor que gênero sempre e exclusivamente signifique as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo.

# **Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju**

A Transgeneridade é uma identidade de gênero pois, “para a concepção do que é ser homem ou mulher, não estão ligadas aos cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente” Ainda segundo Jesus (2012, p. 6). Corroborando Castel (2001), destaca que a transgeneridade é um fenômeno complexo, caracterizado pelo sentimento intenso de não-pertencimento ao sexo anatômico, sem a manifestação de distúrbios delirantes e bases orgânicas.

A família muitas vezes é a primeira a excluir a pessoa trans, sendo raramente essas relações associadas e retratadas quando se fala em transgeneridade, consideradas como um grupo “antifamília” ou uma ameaça à família tradicional.

Conforme Arán (2003), a noção de família nas sociedades ocidentais está fundamentada na necessidade política de consolidação do privado com a finalidade de possibilitar, por intermédio da afetividade, a formação do indivíduo e a garantia da ordem social.

O apoio social e sua rede constituem um importante fator protetivo ao longo da vida. Composto pela família, amigos, colegas de trabalho/escola/universidade, pares e comunidade, esta rede social contribui para gerenciamento de situações adversas e adaptações. A família, de modo específico, parece ter papel fundamental quando nela há existência de coesão e amor parental, pois decorre dela, em nossa cultura e sociedade, os primeiros vínculos e laços afetivos (COSTA, 2009).

## **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa acerca dos textos publicados sobre a existência trans no ambiente escolar.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de bibliografia já publicada, em variadas formas, com a finalidade de colocar o pesquisador em contato com trabalhos desenvolvidos sobre a temática pesquisada, auxiliando-o nas análises de sua pesquisa.

Conforme Barros (2009, p. 104), a ideia de revisão bibliográfica é a de enunciar alguns dos “interlocutores com os quais você travará o seu diálogo historiográfico e científico.”

Para a pesquisa foram utilizadas ferramentas como: livros, artigos e revistas e por meio digital através de sítios reconhecidos pela comunidade acadêmica como Scielo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES, revistas acadêmicas de universidades dentre outros, utilizando-se critérios de inclusão como transgeneridade e educação, e para a

# Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

exclusão, estudo que não abarcam o lócus da diversidade de gênero, encontrados pelos descritores: movimentos sociais; juventude; educação e feminismo, 118, textos, sendo utilizados 29 referências.

Não se tem a intenção de esgotar os sentidos, apenas de trazer à luz alguns conceitos e discussões notadamente reconhecidas.

## A escola e a diversidade

A educação tem papel central na construção social do ser humano. Então, qual o lugar da educação neste processo? Partiremos de hooks (2013), para quem a educação como prática de liberdade é uma forma engajada de buscar mudanças significativas e de ensinar que todos tem o direito de aprender, transgredindo o modelo educacional vigente.

*Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tornamos parte. (FREIRE p.40, 2001). Que estranha maneira é essa de fazer História, de ensinar Democracia, espancando os diferentes para, em nome da Democracia, continuar gozando da liberdade de espancar! (FREIRE p.19, 2001).*

No entanto, a escola promove a permanência da vulnerabilidade social, física e psicológica dos grupos invisibilizados nas hierarquias sociais através de expressões de racismo, machismo, e LGBTfobia. Essas intolerâncias exprimem resultados como evasão escolar e baixo rendimento dos estudantes vítimas de *bullying* (BALIEIRO, 2014).

Para Garcia, Mendonça e Leite (2015), o cotidiano escolar pode ser compreendido como um espaço de transição e de conflito, com produção de discursos e práticas que enraizam desigualdades e hierarquias e, conseqüentemente, exclusão e marginalização de desejos, gêneros e sexualidades que não correspondem à norma heteronormativa, negando as diferenças na escola e fundamentando práticas transfóbicas.

Estudantes LGBTI+ reportam consistentemente maior prevalência de bullying e violência em comparação aos seus colegas não LGBTI+ (2021, p. 14)

A Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos declara “ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão” (ONU, 1948).

A Constituição Federal em seu artigo 1<sup>a</sup> “dignidade da pessoa humana” e 5<sup>a</sup> estabelece que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº 8069/90. garantia de cidadania e A Lei nº 12.852/2013, Estatuto da Juventude, que protege os adolescentes e jovens de discriminação

# **Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju**

pela orientação sexual e identidade de gênero. (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990; BRASIL, 2013).

No Brasil a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normatizador que define o conjunto fundamental e gradual de aprendizagens basilares que devem ser desenvolvidos ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, sendo assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), aplicado conforme o Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (BRASIL, 2017, p.7).

O Ministério da Educação através da Resolução Nº 1 de 19 de Janeiro de 2018, define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. No estado de São Paulo em 2010 foi sancionado o Decreto nº 55.588, de 17 de Março de 2010, garantindo o direito ao tratamento de pessoas transexuais e travestis pelo nome social nos órgãos públicos do estado ( BRASIL, 2018; SÃO PAULO, 2010).

A Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos realizaram um projeto para elaborar um conjunto de princípios jurídicos internacionais com vistas a dar coerência e clareza sobre as obrigações do Estado e as violações dos direitos humanos relacionados à identidade de gênero em 2006 criando os Princípios de Yogyakarta (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007).

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais resultado da 1ª Conferência Nacional LGBT, ocorrida em Brasília entre 5 e 8 de junho de 2008, traz as diretrizes e ações para a elaboração de Políticas Públicas voltadas à população LGBT visando a garantia dos direitos e do exercício pleno da cidadania, a educação está intimamente ligada ao conceito de cidadão (BRASIL, 2009).

No Brasil no final da década de 70 surgiram diversos movimentos sociais em defesa de grupos específicos e de liberdades sexuais, o “Grupo Somos” é precursor das questões da homossexualidade e hoje agrega a luta LGBT como tema político. Na década de 1990, o movimento de travestis criou coletivos, a exemplo a Associação das Travestis e Liberados do RJ - Astral (BRASIL, 2013).

# Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

Segundo Dias e Bernardineli (2016), a pessoa transexual vive um sofrimento social no qual habitualmente ocupam posições subalternas, estando destinadas à margem social pela discriminação e exclusão, e que a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho não advém somente da escassez de profissionalização e qualificação, mas principalmente pela condição de transgeneridade, embora sabidamente o acesso à educação ceifado pela discriminação inegavelmente diminui as chances de empregabilidade.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) é uma rede articuladora no Brasil, são mais de 200 instituições conveniadas, a fim de desenvolverem ações para a promoção de direitos e o resgate da cidadania da população de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2017).

A discriminação cerceia a experiência, mobilidade, vontade e impõe diferentes formas de humilhação, sendo a depauperação permanente, a produtora de intenso sofrimento crônico no cotidiano que se reproduz de geração em geração (MOURA e LOPES, 2014). Já para Goffman (2008) a discriminação é “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”.

Uma pesquisa da Rede Trans, o Censo Trans de 2020, revela que 64,1% das pessoas trans, não concluíram o ensino médio, destacando que não há abandono, mas situações que dificultam a permanência desta e que culminam na expulsão destes corpos (REDE TRANS, 2020).

A potência de viver é uma guisa singular que intenta conceber repercussões criadas pelos objetos estéticos dos quais efeitos se espelham em novos modelos de subjetividades que não findam em gerar linhas de subterfúgio responsáveis por esgueirar-se da normatividade dos dispositivos (VIVAR e KAWAHALA, 2017).

Os poderes agem de forma imanente e a potência é o contrário, mais coextensivo do próprio poder, ou seja, na vitalidade social aquilo que está dominado pelos poderes “vampirizadores” surge como potência, potência primeira na qual o poder se constrói e se mantém (PELBART, 2015).

*Não coloco uma substância da resistência face a uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT p.241, 1986).*

Para Foucault (1986) essa resistência é exatamente como o poder, “tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele”.

# Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

## Considerações Finais

Os corpos transgêneros são intensamente estigmatizados e as relações de dominação e opressão acabam por enfraquecê-los, no entanto o choque entre o poder e a resistência, que são coexistentes, apresenta fissuras nestes estigmas e novas possibilidades de existencialização, ressaltando-se que as relações positivas as fortalecem e as empoderam. As potencialidades trazem para além de resistências e ressignificações, um novo olhar para a existência trans e sua permanência escolar. Mecanismos legais são suportes necessários para garantia da cidadania e direitos das pessoas trans, assim como a formação de profissionais de educação preparados para o atendimento à diversidade. Assim a escola é um espaço importante para a acolhida das pessoas trans e suas famílias num processo ético-político da educação.

## Referências

- ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2): 360 julho-dezembro/2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v11n2/19129.pdf> Acesso em 23 Jun. 2024
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019 / Bruna G. BENEVIDES, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020 80p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violencia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf> Acesso em 09 de Mai. 2024.
- BALIEIRO, Fernando Figueiredo. Escola e Sexualidade: uma visão crítica à normalização. In: MISKOLCI, R. e LEITE Jr. J. Diferenças na educação: outros aprendizados. São Carlos, EdUFSCar, 2014, p. 149-196.
- BARROS, José D'Assunção. A Revisão Bibliográfica - uma dimensão fundamental para o planejamento da pesquisa. *Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora*, v. 11, n. 2, jul./dez. 2009.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília - DF, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 04 Abr. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1 de 19 de Janeiro de 2018. Brasília – DF, 2018. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category\\_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192) Acesso 21 Jun. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1990.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2009. Brasília – DF, 2009. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/ultimas\\_noticias/2009/01\\_set\\_carta.pdf](http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2009/01_set_carta.pdf) Acessado 21 de Jun. 2024.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Brasília-DF, 2009. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a\\_pdfdht/plano\\_nacional\\_lgbt\\_2009.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nacional_lgbt_2009.pdf). Acesso em: 04 Abr. 2024.

# Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

- Brasil. [Estatuto da Juventude (2013)]. Estatuto da juventude : atos internacionais e normas correlatas. – Brasília : Senado Federal, coordenação de Edições técnicas, 2013.
- BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética. Tradução de Regina Bettoni. Belo Horizonte:Autêntica Editora, 2015.
- CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995). Rev. bras. Hist., São Paulo , v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=en&nrm=iso)>. access on 30 mai. 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882001000200005>.
- COSTA, Letícia Graziela. A REDE DE APOIO SOCIAL DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E O USO DE DROGAS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Mestrado. Janeiro,2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16339/000699006.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 24 Jun. 2024.
- DIAS, JAH; BERNARDINELLI, MC. O Transexual e o Direito de Acesso ao Mercado de Trabalho: Do Preconceito à Ausência de Oportunidades. Revista de Gênero, Sexualidade e Direito | e-ISSN: 2525-9849. Curitiba, v. 2 n. 2 p. 243- 259 Jul/Dez. 2016.
- FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. São Paulo: Graal, 1986.
- FREIRE, P, 1921 – 1997. Política e educação: ensaios / Paulo Freire. – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época ; v.23).
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GARCIA, Marcos Roberto Vieira; MENDONÇA, Viviane Melo de; LEITE, Kelen Christina. DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA SEGUNDO OS PARTICIPANTES DA 6ª PARADA DO ORGULHO LGBT DE SOROCABA-SP: subsídios para (re) pensar as práticas educativas. Cad. Pes., São Luís, v. 22, n. 3, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/4189/22>>24 Acesso em 21 Jun. 2024.
- GOFFMAN, Erving, 1922-1982. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada/ Erving Goffman; [tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes]. - 4ª ed, [reimpr.]. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HOOKS, B. Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade/Bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- MOURA, RG; LOPES, PL. O Preconceito e a Discriminação de Transgêneros no Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal: uma Revisão Bibliográfica. XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SEGeT 2014) Tema Gestão do Conhecimento para a Sociedade (23-14 de outubro, RJ). Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/36520376.pdf>. Acessado em 21 Jun. 2024
- JESUS, Jaqueline Gomes de. esus, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre a população transgênero : conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília: Autor, 2012. 24p. : il. (algumas color.)
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 06 Abr. 2024.
- PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo. Saúde soc., São Paulo , v. 24, supl. 1, p. 19-26, June 2015 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902015000500019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000500019&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902015S01002>.
- PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Indonésia, 2007. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf) Acesso 21 Jun. 2024.
- REDE TRANS, Censo Trans. REFLEXÕES SOBRE OS DADOS DO CENSO TRANS Sem motivos para orgulho: diálogos e análises do contexto socioeconômico de mulheres travestis e transexuais no Brasil, 2020.

# Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto nº 55.588, de 17 de Março de 2010. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55588-17.03.2010.html> Acesso 21 Jun. 2024.

VIVAR, Rodrigo Diaz de; KAWAHALA, Soler e Edelu. A POTÊNCIA DE VIVER: DELEUZE E A ARTE. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 29, e157570, 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822017000100223&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100223&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 19 maio 2024. Epub 10-Jul-2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i157570>.